



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Do Consumidor**
CODICRED: **242AT-02**

I. EMENTA: Análise da construção do sistema jurídico de defesa do consumidor em perspectiva histórico-dogmática, apresentando o CDC como diploma protetivo do sujeito vulnerável da relação de consumo, e trabalhando com as alterações paradigmáticas trazidas com a sua edição, no que se refere aos seguintes temas: as pessoas e o objeto da relação jurídica de consumo, a política nacional de relações de consumo, os direitos básicos do consumidor, a responsabilidade civil no CDC, os institutos da decadência e prescrição no CDC, as práticas comerciais, a oferta e a publicidade, a contratação no CDC, a defesa do consumidor em juízo e as sanções administrativas e criminais previstas no CDC. Os conteúdos serão desenvolvidos em um viés sistemático e transdisciplinar, sem obscurecer a dimensão histórica e cultural do Direito, abrangendo a integração do conhecimento científico com a prática forense.

II. OBJETIVOS: Propiciar uma visão sistêmica do Código de Defesa do Consumidor no quadro amplo do ordenamento jurídico brasileiro, ressaltando a operacionalidade do seu modelo e os seus pontos de contato com disciplinas paralelas, especialmente o direito das obrigações e o processo civil codificados.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias

1.1. Proteção constitucional do consumidor. 1.2. Estrutura e função do CDC. 1.3. Técnica legislativa do CDC: modelos normativos de normas fechadas e normas abertas (cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados) normas narrativas e espécies normativas (valores, princípios, regras e postulados normativos aplicativos). 1.4. Inserção do CDC no sistema jurídico: pensamento sistemático e diálogo das fontes. 1.5. Teorias de incidência do CDC (maximalista, finalista e finalismo aprofundado). 1.6. Incidência do CDC em áreas específicas. 1.7. Relação Jurídica de Consumo – Pessoas. Elementos. Conceitos. Consumidor: individual e Coletivo, por equiparação, enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor: espécies, entes despersonalizados e universalidades de direito e de fato. 1.8. Relação Jurídica de Consumo – Objeto. Produtos. Serviços. Serviços públicos. 1.9. Política Nacional de Relações de Consumo. 1.10. Princípios: vulnerabilidade e harmonização dos interesses. 1.11. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor: Órgãos e Entidades. Funções. 1.12. Direitos Básicos do Consumidor. Direitos em espécie. Prevenção e reparação de danos. 1.13. Solidariedade na reparação dos danos. 1.14. Acesso à justiça. 1.15. Facilitação da defesa: inversão *ope legis* e *ope judicis* do ônus da prova.



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Do Consumidor**
CODICRED: **242AT-02**

2. Proteção Administrativa do Consumidor

2.1. Sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Defesa do Consumidor. 2.2. Agências Reguladoras. Procedimentos e Sanções administrativas: competências normativas. Espécies de sanções administrativas. 2.3. Responsabilidade Civil. 2.4. Deveres do fornecedor para a prevenção de danos. 2.5. Responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto ou do serviço. 2.6. Causas de exclusão da responsabilidade. 2.7. Responsabilidade do comerciante e dos profissionais liberais. 2.8. Responsabilidade civil do fornecedor por vício do produto ou do serviço. 2.9. Solidariedade. 2.10. Adequação do produto e serviço às normas técnicas. 2.11. Formas de reparação e saneamento do vício. 2.12. Direito de regresso. 2.13. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. 2.14. Decadência e Prescrição. Prazos. Causas de suspensão. Prazo para reclamação. 2.15. Vícios ocultos e aparentes. 2.16. Aplicação subsidiária dos prazos previstos no Código Civil. 2.17. Garantia legal e contratual.

3. Práticas Comerciais

3.1. Abusividade. Espécies. 3.2 Oferta. Vinculação do fornecedor à oferta. Revogabilidade e retratabilidade. Limitações (temporal, quantitativa e geográfica). Descumprimento. Princípios. 3.3 Publicidade. Publicidade enganosa e abusiva. Princípios. Ônus da prova.

4. Contratação no CDC

4.1 Princípios. Contratos de adesão e por adesão. 4.2. Interpretação. Direito de reflexão e arrependimento. 4.3. Proteção contratual. 4.4. Revisão das cláusulas contratuais abusivas ou excessivamente onerosas: vícios congênitos e supervenientes, teorias (excessiva onerosidade, lesão, quebra da base objetiva e imprevisão) e alcance da revisão contratual. 4.5. Cláusulas contratuais abusivas: espécies, nulidade, decretação *ex officio*. 4.6. Amortização, liquidação e quitação antecipada. 4.7. Cobrança de dívidas. Cadastro de fornecedores e consumidores. 4.8. Defesa do Consumidor em Juízo. Defesa individual. Sistema de proteção coletiva. 4.9. Sanções Criminais. Competências normativas. Espécies de infrações penais.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos, MARQUES, Cláudia Lima e BESSA Leonardo R. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Do Consumidor**
CODICRED: **242AT-02**

COMPLEMENTAR

LIMA MARQUES, Cláudia. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHIMIDT NETO, André Perin. Revisão dos Contratos com Base no Superendividamento. Curitiba: Juruá, 2012.

SCHIMITT, Cristiano. Cláusulas Abusivas nas Relações de Consumo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.